

LÍNGUA PORTUGUESA

Considere o texto I para responder às questões de 1 a 6.

Texto I

Estava certo. Era preciso passar pelo menos um ano em lugar de bom clima e meu pai decidira mandar-me para Vila da Mata onde os Pereira, nossos primos, me ofereciam a fazenda do Córrego Fundo. O doutor dissera que eu tinha uma lesão de primeiro grau no pulmão direito. Sua luneta de tartaruga, de cordão preto atrás da orelha, dava-lhe um ar sábio infalível. Eu não acreditava na lesão, mas acreditava no doutor.

À noite, meu pai, já conformado com a ideia da moléstia e da minha próxima ausência, veio ver-me no quarto, fingindo bom humor.

- Então, seu chefe, as malas estão prontas?

Nem estavam prontas, nem eu tinha vontade de prepará-las para tal viagem. Francamente ia meter-me naquela remota Vila da Mata? Que ideal! Muito mais divertido seria tratar-me na Europa... Na Suíça, por exemplo. Sim, por que não na Suíça? Realmente!

- Meu pai, se você me deixa ir para a Suíça, eu prometo ficar quietinho num sanatório o tempo todo que você queira. Fico dois, fico três anos. Mas, Vila da Mata, deve ser um degredo/ Como é que eu poderia suportar todo um ano na fazenda dos Pereira? Tenho horror à roça, você não ignora.

- Não senhor, não senhor. O médico é quem sabe. Ele acha excelente o clima de Vila da Mata. Além do que, você estando com os Pereira, não poderá fazer extravagâncias... Terá que proceder com muito juízo. Eles me trarão ao corrente de seus passos...

Sorriu com ar de triunfo. No fundo, a preocupação de meu pai era apenas aquela: impedir-me de fazer o que ele chamava "extravagância". Eu compreendia.

(COUTO, Ribeiro. *Cabocla*. Rio de Janeiro: Ediouro, 17ª Ed. P.13)

1) A partir de uma leitura atenta do texto e do modo pelo qual a narrativa foi estruturada, é possível perceber que:

- a) no início, o discurso assume um tom apelativo que corrobora para o convencimento do leitor sobre o fato apresentado.
- b) as reflexões apresentadas pelo narrador, ao longo do texto, reforçam a validade da conclusão médica acerca do problema de saúde.
- c) a análise subjetiva do narrador sobre do tratamento proposto revela sua concordância em relação à gravidade do problema de saúde.
- d) o caráter assertivo da informação inicial é relativizado a partir da perspectiva do narrador apresentada ao longo do texto.

2) Na passagem "Sim, por que não na Suíça?" (4º§), ocorre o emprego de uma das formas do "porquê". Assinale a alternativa cuja lacuna deveria ser preenchida por essa mesma forma.

- a) O motivo _____ trabalho é que desejo organizar minha vida.
- b) Faltou o evento administrativo e não explicou _____.
- c) Chegou atrasado ao compromisso _____ confundiu o horário.
- d) Deve haver algum _____ para essa transferência ter ocorrido.

3) No fragmento "À noite, meu pai, já conformado com a ideia da moléstia e da minha próxima ausência" (2º§), o operador destacado introduz o seguinte conteúdo pressuposto:

- a) o pai nem sempre esteve conformado com a doença e a ausência do filho.
- b) o pai passou a se conformar com a doença, mas não com a ausência do filho.
- c) o pai sempre esteve conformado com a doença e com a ausência do filho.
- d) ao entrar no quarto, o pai se conformou com a doença e a ausência do filho.

4) Em "Mas, Vila da Mata deve ser um degredo" (5º§), ocorre uma locução verbal. Sobre ela, é correto afirmar que:

- a) o verbo auxiliar exprime a noção de desejo, de vontade.
- b) o verbo auxiliar está flexionado no modo Indicativo.
- c) o verbo principal concorda em número e pessoa com o sujeito.
- d) o verbo principal poderia estar flexionado no plural.

5) Considere a ocorrência de crase em "À noite" (2º§) e o papel morfossintático dessa construção. Assinale a alternativa em que a crase é acertada e se justifica por esse mesmo papel.

- a) Entregaram os documentos à qualquer pessoa do setor.
- b) O supervisor ficou frente à frente com seus funcionários.
- c) Fiquei à observar as ideias propostas na palestra.
- d) Com a saída do fiscal, todos trabalharam à vontade.

6) No texto, o emprego do discurso direto contribui para o ritmo da narrativa. Sua presença é explicitada pelo uso:

- a) do pronome de tratamento "você", expressando intimidade.
- b) de vocativos, como "seu chefe" no terceiro parágrafo.
- c) de travessões, marcando diferentes falas.
- d) de marcas gramaticais da 1ª pessoa do discurso.

O texto II é um fragmento de um modelo de correspondência oficial disponível no *Manual de Redação da Presidência da República*. Considere o fragmento, para responder às questões de 7 a 10.

Texto II

Assunto: Apresentação de novas funcionalidades do Sidof – Módulo I.

1 A chefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República aprimorou o Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais – Sidof, com a inserção de novas funcionalidades. Os novos recursos do sistema serão apresentados aos servidores em módulos organizados por esta chefia.

2 Convido os servidores do [nome do Ministério] para assistir à apresentação do primeiro módulo, a ser realizada em 10 de setembro de 2018, às 9h30, no Auditório desta chefia.

3 Para assegurar o credenciamento, solicito a esse órgão a indicação (dos) servidores que trabalham com o Sidof, até 28 de agosto de 2018, por meio do endereço eletrônico [endereço eletrônico]:
[...]

(Disponível em:

<https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Adaptado. Acesso em 10/08/20240)

7) A lacuna que antecede o texto do expediente deve ser ocupada por um vocativo. Considerando-se que o destinatário é um “Chefe de Gabinete”, a forma que deve ser empregada é:

- a) Prezado Chefe de Gabinete,
- b) Senhor Chefe de Gabinete,
- c) Excelentíssimo Chefe de Gabinete,
- d) Digníssimo Chefe de Gabinete,

8) Considerando-se que o “fecho” empregado neste ofício seja para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior, deve ser empregada a seguinte expressão:

- a) Atenciosamente.
- b) Cordialmente.
- c) Respeitosamente.
- d) Gentilmente.

9) O emprego do pronome “esse”, no último parágrafo do texto, cumpre papel coesivo e é justificado por:

- a) resgatar uma ideia citada anteriormente.
- b) apontar uma referência espacial distante.
- c) sinalizar uma indicação de tempo presente.
- d) se referir ao locutor do texto.

10) O último parágrafo do texto é introduzido por uma proposição que confere à oração em que se encontra o valor semântico de:

- a) finalidade.
- b) causa.
- c) consequência.
- d) meio.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11) Considerando as estratégias de indexação e otimização utilizadas pelos motores de busca como Google e Bing, assinale a alternativa que apresenta um dos principais fatores que influenciam o posicionamento de um site nos resultados de busca orgânica.

- a) A frequência de atualizações do conteúdo do site, garantindo que o material seja recente e relevante
- b) A quantidade de anúncios pagos que o site exibe, influenciando diretamente seu posicionamento nos resultados orgânicos
- c) A extensão do domínio do site (por exemplo, .com ou .net), que determina a autoridade do site aos olhos do buscador
- d) A cor predominante no design do site, que deve estar alinhada com as preferências de cor do algoritmo do motor de busca

12) Assinale a alternativa que apresenta o principal objetivo do phishing.

- a) Oferecer promoções e descontos através de campanhas de marketing por e-mail
- b) Fornecer suporte técnico para a resolução de problemas de software sem risco de segurança
- c) Solicitar feedback do usuário sobre um produto ou serviço de forma segura e legítima
- d) Levar o usuário a realizar ações que comprometem a segurança de seu dispositivo, como fornecer informações pessoais ou instalar software malicioso

13) Uma abordagem eficaz para a segurança da informação combina medidas técnicas, como criptografia e firewalls, com práticas de conscientização e treinamento para assegurar que todos na organização compreendam e respeitem as políticas de proteção de dados. Assinale a alternativa que apresenta uma característica principal de um malware do tipo Adware.

- a) Ele finge ser um software útil para enganar o usuário e instalar malwares adicionais
- b) Ele exibe anúncios indesejados e abre vulnerabilidades no sistema que podem ser exploradas por outros malwares
- c) Ele tem a função de criptografar arquivos do usuário e exigir um resgate para desbloqueá-los
- d) Ele é usado para aumentar a velocidade de processamento do computador e melhorar o desempenho geral

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

14) A Lei Federal nº 13.146/2015 estabelece direitos relacionados à cultura, esporte, turismo e lazer para as pessoas com deficiência. Sobre as obrigações dos promotores de eventos culturais, conforme a referida lei, assinale a alternativa correta.

- a) Devem reservar ingressos gratuitos para pessoas com deficiência em todos os eventos
- b) São obrigados a disponibilizar espaços acessíveis e assentos adaptados nas áreas de plateia e espetáculo
- c) Precisam fornecer material didático em braille para qualquer evento educacional
- d) Devem promover eventos exclusivamente destinados a pessoas com deficiência

15) A Lei Federal nº 10.098/2000 estabelece critérios para a promoção da acessibilidade em áreas urbanas. No que se refere à sinalização de trânsito e ao deslocamento de pessoas com deficiência, assinale a alternativa correta.

- a) A implantação de faixas de pedestres exclusivas para pessoas com deficiência em vias de grande movimento
- b) A adaptação de semáforos sonoros para orientação de pessoas com deficiência visual em cruzamentos de grande circulação
- c) A remoção de todas as barreiras físicas em calçadas dentro de áreas residenciais
- d) A construção de passarelas elevadas em todas as vias que cruzam rodovias para garantir a segurança das pessoas com deficiência

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

16) De acordo com o Art. 7º da Lei nº 12.187/2009, que estabelece os instrumentos institucionais para a atuação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O Comitê Nacional sobre Mudança do Clima, a Comissão Nacional de Mudança Global do Clima e a Rede Nacional de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais são instrumentos institucionais estabelecidos pela Lei nº 12.187/2009.
- () O Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas, o Fórum Nacional sobre Mudança do Clima e a Comissão de Atividades de Climatologia e Hidrologia são instrumentos institucionais definidos pela Lei nº 12.187/2009.
- () O Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais - Rede Clima e a Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia são os instrumentos institucionais previstos pelo Art. 7º da Lei nº 12.187/2009.
- () A Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o Fórum Brasileiro de Mitigação Climática e a Comissão de Coordenação de Estudos Climáticos e Hidrológicos são instrumentos institucionais previstos pela Lei nº 12.187/2009.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) F - V - V - F
- b) V - V - F - F
- c) F - F - V - F
- d) V - F - V - F

17) De acordo com os artigos 7º e 8º da Resolução nº 709-CJF, de 1º de junho de 2021, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade da Justiça Federal, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- (V) As unidades da Justiça Federal devem avaliar constantemente suas necessidades e desperdício, a fim de reduzir o consumo de bens e serviços, levando em consideração sua realidade local, social e histórica.
- (V) A redução do consumo nas unidades da Justiça Federal deve ser pautada na integração de novos processos e tecnologias, com a adoção de soluções mais eficientes.
- () As unidades da Justiça Federal devem reduzir seu consumo exclusivamente por meio da eliminação de processos que envolvem o uso de bens e serviços e a gestão participativa responsável pelos recursos naturais e patrimoniais.
- () A adoção de soluções mais eficientes deve focar apenas na redução do consumo de bens, sem considerar a eficiência no uso dos serviços.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - F - F
- b) V - V - V - F
- c) F - V - V - F
- d) V - V - V - V

ATOS NORMATIVOS

- 18) O Capítulo V do Código de Conduta da Justiça Federal (Resolução nº 147/2011) estabelece diretrizes sobre o "Sigilo Profissional". De acordo com esse capítulo, assinale a alternativa que apresenta qual conduta está em conformidade com as normas de sigilo previstas no código.
- a) Compartilhar com colegas de trabalho informações sigilosas sobre um processo judicial, desde que o processo seja de interesse público
 - b) Discutir detalhes de um caso sigiloso com familiares, desde que estes sejam também servidores públicos
 - c) Divulgar em redes sociais detalhes de decisões judiciais ainda não publicadas, sem citar nomes das partes envolvidas
 - d) Manter a confidencialidade de informações obtidas em razão do cargo, mesmo após deixar o serviço público
- 19) Sob a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa que apresenta o procedimento que deve ser realizado quando há um vazamento de dados que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares.
- a) Notificar o titular dos dados sobre o vazamento imediatamente
 - b) Avaliar internamente o impacto do vazamento antes de qualquer notificação
 - c) Comunicar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos titulares afetados sem demora
 - d) Limitar-se a comunicar o vazamento apenas aos órgãos reguladores, sem notificar os titulares
- 20) A Resolução nº 147/2011, do Conselho da Justiça Federal, institui o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. No Capítulo III do referido diploma, há disposição versando sobre a "Prática de Preconceito, Discriminação, Assédio ou Abuso de Poder". Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.
- a) O superior hierárquico pode determinar aos seus subordinados que, no ambiente laboral da Justiça Federal, seja professada apenas uma fé religiosa, em razão dos predicados atinentes à cultura nacional brasileira
 - b) Considerando o princípio da eficiência, expresso no artigo 37, caput, da Constituição Federal, faculta-se ao superior hierárquico passar ordens hostis e ameaçadoras aos seus subordinados
 - c) Nas dependências da Justiça Federal é permitido o tratamento diferenciado de pessoas em razão de sua etnia ou religião
 - d) É proscrito o proselitismo partidário no desenvolvimento dos trabalhos na Justiça Federal

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21) A supremacia da Constituição é um princípio fundamental do Direito Constitucional. De acordo com o princípio da supremacia da Constituição, assinale a alternativa correta.
- a) A Constituição Federal de 1988 está hierarquicamente acima das leis ordinárias e dos atos normativos infraconstitucionais, devendo todos os atos e normas do Estado conformarem-se a ela
 - b) A Constituição Federal de 1988 é apenas um conjunto de diretrizes, podendo ser alterada por leis ordinárias sempre que necessário
 - c) A Constituição Federal de 1988 e as leis ordinárias possuem a mesma hierarquia jurídica, devendo ser interpretadas de forma conjunta e igualitária
 - d) A Constituição Federal de 1988 pode ser modificada por qualquer ato normativo infraconstitucional, desde que haja justificativa de interesse público relevante
- 22) De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta os fundamentos da República Federativa do Brasil.
- a) Soberania, cidadania e construção de uma sociedade livre, justa e solidária
 - b) Cidadania, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a erradicação da pobreza
 - c) Soberania, cidadania, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, dignidade da pessoa humana e pluralismo político
 - d) Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana e construção de uma sociedade livre, justa e solidária

23) O controle de constitucionalidade no Brasil é um mecanismo jurídico que visa assegurar a conformidade das leis e atos normativos com a Constituição Federal. Existem diferentes formas e órgãos responsáveis por esse controle. Considerando o sistema jurídico brasileiro, assinale a alternativa abaixo que descreve corretamente uma característica do controle de constitucionalidade concentrado exercido pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

- a) De acordo com a Constituição Federal de 1988, o controle de constitucionalidade concentrado em âmbito federal é exercido exclusivamente pelo STF por meio de ações diretas, como a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) em face da lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal e a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), em face de lei ou ato normativo federal ou estadual
- b) O controle de constitucionalidade concentrado é caracterizado pela possibilidade de qualquer cidadão brasileiro propor ações diretas de inconstitucionalidade perante o STF, desde que demonstre interesse legítimo
- c) No controle de constitucionalidade concentrado, as decisões proferidas pelo STF têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública em âmbito federal, estadual e municipal
- d) O controle de constitucionalidade concentrado permite que os juízes de primeiro grau declarem a inconstitucionalidade de leis e atos normativos, sendo essa decisão aplicável apenas ao caso concreto

24) A Emenda Constitucional nº 45/2004, inserindo o art. 103-A na Constituição de 1988, criou a súmula vinculante, indicando quem pode aprová-la e quais são suas características. Com relação à súmula vinculante, assinale a alternativa correta.

- a) As súmulas vinculantes são elaboradas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e produzem efeito vinculante apenas para o Poder Judiciário, não se aplicando à Administração Pública
- b) A aprovação de uma súmula vinculante pelo STF exige o voto favorável de, no mínimo, dois terços dos seus membros, e ela pode ser revista ou cancelada pelo próprio Supremo Tribunal Federal mediante provocação de ofício ou dos órgãos legitimados
- c) As súmulas vinculantes podem ser propostas por qualquer cidadão, desde que comprove interesse legítimo, diretamente ao STF
- d) A súmula vinculante possui caráter meramente persuasivo, servindo apenas como orientação para os demais tribunais e juízes, sem efeito obrigatório

25) Gilberto é um servidor público responsável pela contratação de serviços de limpeza para um órgão governamental. Durante o processo de licitação, Gilberto descobre que uma das empresas que participarão do procedimento é de propriedade de um amigo próximo, chamado Paulo. Para evitar problemas, Gilberto resolve não informar essa relação aos seus superiores e continua com o processo normalmente, sem considerar a possibilidade de conflito de interesses. Ao final do processo licitatório, Paulo consagrou-se vencedor da licitação. Diante do caso apresentado, assinale a alternativa que contém um princípio da Administração Pública, previsto na Constituição Federal, que foi violado.

- a) Princípio da publicidade, pois Gilberto deveria ter tornado público o processo de licitação
- b) Princípio da eficiência, pois Gilberto não buscou a melhor relação custo-benefício na contratação do serviço
- c) Princípio da impessoalidade, pois Gilberto não manteve uma postura neutra, podendo favorecer o amigo
- d) Princípio da legalidade, pois Gilberto agiu dentro dos limites da lei ao continuar o processo de licitação

26) A Constituição Federal de 1988 estabelece que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios deve respeitar os cinco princípios da Administração previstos explicitamente na Constituição e a alguns requisitos. Assinale a alternativa que contém expressamente requisitos constitucionais que devem ser observados pela Administração Pública.

- a) Reserva de percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência
- b) A investidura em cargo ou emprego público sempre por meio aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, sem qualquer ressalva
- c) A garantia a acumulação remunerada de cargos públicos sempre que houver compatibilidade de horário
- d) A proibição expressa do direito de greve do servidor público

27) Com relação à aquisição e perda da nacionalidade brasileira, assinale a alternativa correta.

- a) Será declarada a perda da nacionalidade brasileira àquele que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional —
- b) Será declarada a perda da nacionalidade brasileira àquele que adquirir outra nacionalidade, salvo no caso de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira
- c) Será declarada a perda da nacionalidade brasileira àquele que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas as situações que acarretem apatridia
- d) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira

28) A respeito das disposições gerais do Poder Judiciário, disciplinado na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Os juízes têm mandato de quatro anos, sendo vedada a recondução —
- b) O acesso aos tribunais é feito exclusivamente por juízes de carreira do Poder Judiciário —
- c) Os magistrados gozam de vitaliciedade após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado
- d) O Poder Judiciário tem assegurada a autonomia administrativa, mas não tem assegurada a autonomia financeira, sendo suas propostas orçamentárias elaboradas pelo Poder Legislativo

29) Patrícia, servidora pública federal estável, foi demitida do cargo que ocupava, após processo administrativo disciplinar pelo rito sumário, sob o fundamento de abandono de cargo, por ter se ausentado do serviço por mais de 30 dias consecutivos. Entretanto, Patrícia jamais teve a intenção de abandonar o cargo. Ocorre que Patrícia encontrava-se com doença grave e após apresentar atestado médico, formalizou pedido de licença por doença, o qual não obteve resposta. Embora seus superiores soubessem de seu quadro de saúde e tivessem seu endereço e telefone, Patrícia foi surpreendida pelo telefonema de uma amiga de trabalho, informando que ficou sabendo de sua demissão por portaria, sem qualquer notificação acerca de processo administrativo disciplinar remetida a ela. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) Na apuração de abandono de cargo, a indicação da materialidade se dá pela indicação, ainda que hipotética, do período de ausência intencional ou não intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias
- b) Na apuração de abandono de cargo não poderá ser adotado o procedimento sumário previsto na Lei nº 8.112 de 1990 —
- c) Não há necessidade de garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa —
- d) Na apuração de abandono de cargo, deverá ser constituída comissão que lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indiciação, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição, observado o disposto na Lei nº 8.112/1990

30) A respeito de estágio probatório do servidor público, nos termos da Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

- a) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo
- b) O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, podendo ser aproveitado em outro cargo se provido o cargo de origem
- c) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados apenas os seguintes fatores: produtividade, assiduidade e quantidade de pedidos de licenças e afastamentos durante o período
- d) O servidor em estágio probatório não poderá exercer cargo de provimento em comissão

31) A respeito do poder hierárquico no âmbito da Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) o poder hierárquico permite que o superior subordine o inferior, mas não pode delegar competências ou atribuições —
- b) o poder hierárquico confere ao superior a capacidade de supervisionar, coordenar e controlar as atividades dos subordinados, podendo também delegar e avocar atribuições
- c) o poder hierárquico não se aplica em organizações que possuem estrutura verticalizada, sendo mais apropriado para estruturas horizontais
- d) o poder hierárquico é exclusivo do Poder Executivo e não se aplica aos Poderes Legislativo e Judiciário

32) Sobre a discricionariedade dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) O poder de ação administrativa, embora discricionário, não é totalmente livre, porque, sob alguns aspectos, em especial a competência, a forma e a finalidade, a lei impõe limitações
- b) Atos administrativos discricionários são aqueles em que o servidor público pode tomar decisões sem qualquer tipo de controle ou revisão judicial, desde que baseados em conveniência —
- c) A discricionariedade administrativa implica na possibilidade de o ato administrativo ser alterado ou revogado pela Administração Pública, mas apenas por razões de legalidade, não podendo ser revogado por razões de conveniência —
- d) Atos administrativos discricionários são sempre vinculados e obrigatórios para a Administração Pública, não permitindo que o agente escolha a melhor forma de agir —

33) Sobre o conceito de órgãos públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Órgãos públicos são entidades que possuem personalidade jurídica própria e atuam de forma independente da Administração Pública, podendo firmar contratos e assumir obrigações diretamente
- b) Órgãos públicos são unidades administrativas que integram a estrutura da Administração Pública e não possuem personalidade jurídica própria, atuando em nome do Estado e com finalidade específica
- c) Órgãos públicos são os cargos ocupados por servidores públicos, responsáveis exclusivamente pela execução de atividades específicas e não têm relação com a estrutura administrativa
- d) Órgãos públicos são as entidades autônomas criadas para a gestão de serviços públicos essenciais, como empresas estatais e organizações da sociedade civil

34) Em relação à anulação de atos administrativos, analise as afirmativas abaixo.

- I. A anulação de um ato administrativo pode ser realizada pela própria Administração Pública, quando este ato é ilegal ou contrário ao interesse público.
- II. A anulação de um ato administrativo pode ser feita apenas por decisão judicial, e não pela Administração Pública.
- III. A Administração Pública pode anular um ato administrativo mesmo que o ato tenha sido executado e tenha produzido efeitos, desde que se verifique a ilegalidade do ato. —
- IV. A anulação de um ato administrativo não pode ser realizada após o transcurso do prazo de cinco anos a partir da sua emissão, independentemente da existência de má-fé ou dolo por parte dos envolvidos.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e III apenas
- b) I e IV apenas
- c) II e IV apenas
- d) III e IV apenas

35) Conforme dispõe a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é assegurado ao administrado, como um dos seus direitos, o _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) direito de fazer-se assistir, obrigatoriamente, por advogado, em todos os processos administrativos em que tenha a condição de interessado
- b) direito de apresentar documentos antes da decisão, embora não tenha direito de formular alegações
- c) direito de ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas
- d) direito de nomear servidores públicos sem a necessidade de concurso público sempre que for de seu interesse

36) Assinale a alternativa que apresenta corretamente as atribuições dos cargos previstos nas Carreiras dos Servidores dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União, conforme dispõe a Lei nº 11.416/2006.

- a) Carreira de Analista Judiciário: atividades de planejamento; organização; coordenação; supervisão técnica; assessoramento; estudo; pesquisa; elaboração de laudos, pareceres ou informações e execução de tarefas de elevado grau de complexidade
- b) Carreira de Analista Judiciário: execução de tarefas de suporte técnico e administrativo
- c) Carreira de Analista Judiciário: atividades básicas de apoio operacional
- d) Carreira de Técnico Judiciário: atividades de planejamento; organização; coordenação; supervisão técnica; assessoramento; estudo; pesquisa; elaboração de laudos

37) De acordo com a Lei nº 11.079/2004, que institui nôrmas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas (PPPs) no âmbito da administração pública, assinale a alternativa que corresponde a uma das características de uma parceria público-privada.

- a) O contrato de parceria público-privada não pode prever remuneração do parceiro privado com base no desempenho do serviço prestado
- b) O prazo do contrato de parceria público-privada deve ser de, no mínimo, 5 anos e, no máximo, 35 anos
- c) As parcerias público-privadas são obrigatoriamente limitadas a contratos cujo valor seja inferior a R\$ 10 milhões
- d) O parceiro privado assume apenas a execução da obra, enquanto o setor público é o único responsável pela operação do serviço

38) A empresa "X" é unipessoal. Diante do falecimento do seu único sócio, e tendo a empresa débitos, assinale a alternativa correta.

- a) Com a morte de seu único sócio, a empresa, pessoa jurídica, deixou de existir, não sendo possível os credores receberem os seus créditos
- b) Com a morte de seu único sócio, a empresa, pessoa jurídica, será considerada falida e os credores deverão habilitar o seu crédito na falência
- c) Com a morte de seu único sócio, os credores deverão fazer o encerramento da empresa, para o que conseguirem apurar, receberem o seu crédito
- d) Com a morte de seu único sócio, os herdeiros responderão pelos débitos da empresa, pessoa jurídica, até o limite da herança

39) "A" e "B" contrataram com "C". Não tendo "A" e "B" cumprido com a obrigação, "C" procura orientação jurídica para saber o que poderá fazer, sendo que a primeira dúvida é saber contra quem ele deve mover a ação. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Se "C" quiser a satisfação/cumprimento da obrigação, deverá pleitear contra ambos, obrigatoriamente, pois é uma obrigação solidária
- b) Se "C" quiser a satisfação da obrigação, poderá pleitear apenas contra um deles, pois é uma obrigação subsidiária
- c) Se "C" quiser a satisfação da obrigação, poderá pleitear apenas contra um deles, pois é uma obrigação solidária
- d) Se "C" quiser a rescisão do contrato, deverá pleitear contra ambos, obrigatoriamente, pois é uma obrigação subsidiária

40) "A" é devedor de "B". Ocorre que "C" procura "B" e diz que quer assumir o débito de "A". Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de uma sub-rogação de débito
- b) Trata-se de uma novação de débito
- c) Não possível "C" assumir o débito de "A", pois, para que isso ocorra, é necessária a anuência de "B"
- d) Trata-se de uma imputação do pagamento

41) Sabendo que aquele que, por ato ilícito, causar prejuízo a outrem fica obrigado a repará-lo, assinale a alternativa correta.

- a) Em sendo um incapaz, o causador do dano, este nunca responderá pelos prejuízos causados
- b) Em sendo um incapaz, o causador do dano, os pais respondem se esse menor estiver sob a sua autoridade e em sua companhia
- c) Como o dano foi causado por um incapaz, sempre são os pais que respondem
- d) Somente se o menor tiver sido emancipado é que responderá pelos danos por ele causado

42) "A", maior e capaz, dá em hipoteca a "B" o seu único imóvel. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Como se trata do único imóvel de "A", essa hipoteca não é válida
- b) Como "A" já tinha dado em hipoteca esse mesmo imóvel a outra pessoa, não será possível ter essa segunda hipoteca
- c) Essa hipoteca é válida
- d) As acessões e os melhoramentos, que forem realizadas no imóvel por "A", não beneficiam o credor hipotecário

43) Sancionada e publicada uma nova lei regulamentando a alienação fiduciária, em seu texto deixou de constar a vacatio legis. A referida lei, portanto:

- a) terá eficácia/aplicabilidade após quarenta e cinco dias da publicação no Diário Oficial
- b) terá eficácia/aplicabilidade imediata, ou seja, a partir da publicação da lei no Diário Oficial
- c) terá eficácia/aplicabilidade imediata, ou seja, a partir do dia seguinte após a publicação da lei no Diário Oficial
- d) terá eficácia/aplicabilidade imediata, ou seja, a partir do primeiro dia útil após a publicação da lei no Diário Oficial

44) Um vendedor ambulante estava vendendo mercadorias, objeto de contrabando, e foi preso em flagrante. Ao se defender, alega que não sabia que não podia vender mercadorias provenientes de contrabando. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Como é um hipossuficiente e não tem formação jurídica, a sua defesa deve prevalecer
- b) Somente os operadores do direito conhecem lei e poderiam saber que esse fato cons crime
- c) Ninguém pode alegar desconhecimento da lei
- d) Sempre que a pessoa for hipossuficiente não é exigido que conheça a lei

45) No controle incidental de constitucionalidade está correto afirmar que:

- a) para que os Tribunais possam declarar inconstitucional uma lei ou ato normativo incidentalmente, deve ser instaurado o incidente de arguição de inconstitucionalidade, em que os órgãos fracionários irão deliberar primeiro a respeito da (in)constitucionalidade e depois devolver o processo para o relator adotar as providências necessárias
- b) não é possível haver declaração incidental de inconstitucionalidade pela via do mandado de segurança, tendo em vista a vedação da dilação probatória nessa ação constitucional, bem como o seu caráter subsidiário/residual
- o c) a arguição de descumprimento de preceito fundamental, em sua modalidade incidental, gera um incidente processual em que o julgamento da causa ficará suspenso até que seja finalizada a verificação da violação ou não de preceito fundamental pelo Plenário dos Tribunais de Segundo Grau
- d) a previsão constitucional da denominada Cláusula de Reserva de Plenário não é aplicável no âmbito dos Juizados Especiais

46) Nos termos da Constituição Federal de 1988, no âmbito dos recursos, assinale a alternativa correta.

- o a) Os recursos especial e extraordinário uniformizam, respectivamente, a interpretação da lei federal e da Constituição Federal e, por isso, não possuem fungibilidade
- b) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, o crime político
- c) A apreciação sobre a concessão ou não da tutela provisória é sempre uma decisão interlocutória, sendo sempre impugnável por agravo de instrumento
- d) Se der provimento ao recurso de apelação, interposto contra sentença terminativa, o Tribunal nunca poderá decidir o mérito da demanda, devendo sempre devolver os autos para a Primeira Instância para que assim o faça

47) Nos procedimentos especiais, está correto afirmar que:

- a) não se admite ação monitória em face da Fazenda Pública
- b) na hipótese de ação possessória que tenha em seu polo passivo um grande número de pessoas, por conta da dificuldade de fazer a citação de todos, o Código de Processo Civil autoriza a utilização de citação por hora certa
- o c) enquanto a ação de consignação em pagamento judicial pode ter como objeto o pagamento em quantia e, também, a entrega de coisa, a consignação em pagamento extrajudicial somente será possível se a obrigação for pecuniária
- d) a fungibilidade não é aplicável nas ações possessórias, pois as medidas que podem ser utilizadas para a manutenção e reintegração de posse são distintas ↑ ↑

48) Sobre a petição inicial, assinale a alternativa correta.

- a) Ausente algum requisito na petição inicial, o juiz determinará que o autor emende-a, mas sem indicar o que deve ser corrigido
- o b) É possível que o juiz indefira a petição inicial após ser dada a oportunidade para o autor emendá-la, estaremos diante de uma sentença sem resolução de mérito, desafiando o recurso de apelação, no qual é prevista a possibilidade de retratação do juiz, no prazo de 05 dias
- c) Em respeito ao princípio da congruência, o pedido na petição inicial deve ser sempre certo e determinado
- d) Como decorrência do direito de ação, o autor na sua petição inicial poderá cumular pedidos, mesmo que incompatíveis entre si

49) A respeito da coisa julgada, assinale a alternativa correta.

- a) O assistente simples não é alcançado pela coisa julgada material
- o b) A coisa julgada poderá recair sobre questão prejudicial, decidida expressa e incidentalmente no processo, ainda que o réu tenha sido revel
- c) Sempre que proferida sentença sem resolução de mérito, haverá formação de coisa julgada formal, podendo sempre ser reproposta a demanda
- d) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada

50) Sobre a ação popular, ação civil pública, mandado de segurança e mandado de injunção, é correto afirmar que:

- a) a ação popular e a ação civil pública diferem-se quanto à legitimidade ativa somente
- b) recebida a petição inicial do mandado de injunção, o impetrado será notificado sobre o conteúdo da inicial, devendo prestar informações no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa
- c) contra a decisão que denega mandado de segurança de competência originária dos Tribunais de Segunda Instância, será possível interpor recursos especial e extraordinário
- o d) a competência para processar e julgar a ação civil pública é do juízo onde ocorreu o dano

51) No direito probatório é certo dizer que:

- o a) a confissão pode se dar judicialmente ou extrajudicialmente
- b) por conta do direito à produção de prova tanto do autor quanto do réu, a fase instrutória nunca pode ser dispensada
- c) arguida a falsidade do documento, esta sempre será resolvida como questão incidental, acobertada pela coisa julgada material
- d) mesmo que a perícia seja inconclusiva, a remuneração inicialmente arbitrada ao perito não poderá ser reduzida

52) Na intervenção de terceiros, é correto afirmar que:

- a) não se admite a intervenção do assistente simples em todos os procedimentos e muito menos se o processo já estiver no Tribunal
- b) o amicus curiae tem legitimidade recursal no incidente de resolução de demandas repetitivas
- c) na denúncia da lide, é possível denúncias sucessivas, podendo ser restringida pelo juiz, em nome do princípio da economia processual
- d) o chamamento ao processo pode ser suscitado por um réu devedor em face do fiador

53) Marcela, com 17 anos, move ação de alimentos contra seu genitor, Daniel. Marcela é assistida por sua mãe, Joana e terá Fábio como advogado. A partir do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Na hipótese de falecimento de Marcela no curso da ação, sua mãe, Joana, será a sua sucessora processual, adquirindo capacidade postulatória
- b) Fábio tem capacidade postulatória e legitimidade ativa "ad causam"
- c) Marcela tinha capacidade de ser parte, mas não tinha capacidade de estar em juízo
- d) Joana tem legitimidade ativa, mas não possui capacidade para estar em juízo

54) Sobre a competência do órgão julgador, assinale a alternativa correta.

- a) As partes podem celebrar negócio jurídico processual dispondo sobre a competência funcional, modificando-a
- b) A cláusula de eleição de foro, por ser resultado da autonomia privada das partes, não pode ser reputada ineficaz pelo juiz
- c) O juízo arbitral é o competente para dar cumprimento à sentença arbitral
- d) Se a União for a demandada, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou do fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou no Distrito Federal

55) Tício teve o trânsito em julgado, em 10 de outubro de 2003, de sua condenação por porte de simulacro de arma de fogo com o fim de cometer crimes majorado por ser servidor público, nos termos da Velha Lei de Armas - Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, na forma de seu artigo 10, §1º, inciso II, e §4º. Foram-lhe aplicadas as penas de detenção, de um ano e seis meses em regime inicial semiaberto e multa, cujo cumprimento se iniciou logo no dia 17 de outubro de 2003. Decretou-se, como efeito da sentença penal, a perda do cargo público que exercia. Sobreveio o Estatuto do Desarmamento - Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que não previu o mesmo tipo penal. Diante do caso, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- F () Com a mudança de lei, houve abolição criminis, razão pela qual Tício pode pleitear sua recondução ao cargo público que exercia.
- f () Tício foi desclassificado de concurso público, que prestou em 01/01/2005, porque ostentaria condenação criminal, sendo que, de fato, o edital do concurso previa que os candidatos, obrigatoriamente, deveriam ser primários. Sua exclusão do certame foi correta porque a primariedade constata-se pela ausência de condenação, independentemente de os efeitos da sentença ainda estarem sendo produzidos ou não.
- () Tício poderá promover ação civil contra o Estado por ter cumprido pena indevidamente de 17/10/2003 até 22/12/2003.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - V - F
- c) V - F - V
- d) F - F - F

56) Acerca dos sujeitos processuais e assistentes e auxiliares da Justiça, assinale a alternativa correta.

- a) As partes poderão indicar peritos criminais ao juízo, mas a escolha cabe à autoridade judiciária apenas
- b) O interrogatório é parte essencial de um processo penal condenatório, devendo o réu ser conduzido coercitivamente se faltar, sem justificativas, a seu interrogatório
- c) O assistente da acusação, diante de sua posição secundária na condução da ação penal pública, não pode propor meios de prova que não sejam secundados pelo órgão do Ministério Público
- d) O perito, ainda quando não oficial, estará sujeito à disciplina judiciária

60% dos trabalhadores informais no Brasil fazem "bicos" para sobreviver, diz estudo

De acordo com pesquisa, perfil do trabalhador informal é de homens pretos que trabalham com comércio, Norte e Nordeste lideram em quantidade de profissionais sem carteira assinada

Mais de 19,6 milhões de brasileiros sobrevivem com os trabalhos conhecidos como "bicos", cerca de 60% do universo de 32,5 milhões de trabalhadores informais existentes no país. Os números são do estudo "Retrato do Trabalho Informal no Brasil: desafios e caminhos de solução", divulgado pela Fundação Arymax e a B3 Social nesta quarta-feira (22) e conduzido pelo Instituto Veredas. A pesquisa parte da análise dos dados da PNAD Contínua do IBGE do 3º trimestre de 2021. O estudo divide os trabalhadores informais em quatro tipos. O maior deles, informais de subsistência (60,5%), inclui os profissionais de baixa ou nenhuma qualificação e que oferecem serviços de demanda instável, conhecidos como "bicos". Os informais com potencial produtivo (16,1%) representam os trabalhadores que não são formalizados por conta dos custos implicados ou pela falta de oportunidades. Já os informais por opção (2,3%) são aqueles que têm condições de se formalizarem, mas pretendem se manter dessa forma para ampliar suas receitas. Os profissionais classificados como formais frágeis (21,1%) têm CNPJ ou carteira de trabalho assinada, mas com contratos intermitentes, redução dos direitos formais e ameaça de voltar à informalidade total. O perfil do trabalhador informal brasileiro de subsistência é bem definido: homem, jovem, preto e de baixa escolaridade. Cerca de 75% têm o ensino fundamental incompleto ou inferior. Na faixa etária de 14 a 17 anos, o grupo representa mais de 80% e nas idades de 18 a 24 anos, os informais de subsistência são 64% do total. [...]

Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/60-dos-trabalhadores-informais-no-brasil-fazem-bicos-para-sobreviver/> Acesso em 04/08/2024)

Proposta de Redação:

O debate acerca das relações de trabalho vem ganhando cada vez mais expressividade na contemporaneidade. Nesse sentido, considerando sua visão de mundo e a leitura atenta do texto motivador, escreva, em registro formal da Língua, um texto dissertativo-argumentativo, que contenha entre 20 e 30 linhas, a respeito do seguinte tema:

Relações de trabalho e a informalidade como direito de escolha